

A CONSTRUÇÃO DO TEXTO ARISTOTÉLICO E A BNCC: PRELÚDIO DE MUDANÇAS

Edésia Aparecida Lisboa de Araújo¹

Maria Aparecida Antunes Moreira²

RESUMO

A presente pesquisa vislumbrou discorrer sobre a importância da leitura e escrita na vida de todos os sujeitos e nas mais diversas situações. Para isso, elencou importantes acontecimentos históricos que culminaram no processo educativo que se tem hoje. Buscou também discutir sobre o contexto histórico e surgimento do texto Aristotélico analisando as dificuldades presentes até hoje em sua elaboração por parte dos estudantes, cita-se aqui as Redações do ENEM. Por fim, tratou da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como sendo uma importante ferramenta capaz de provocar mudanças na prática educativa como um todo, bem como trazer melhorias aos estudantes e ao seu processo de formação e aprendizagem. Para tais realizações o trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, tendo em vista que as discussões presentes em seu desenvolvimento são embasadas em pesquisas anteriores de importantes autores que estudam a temática em questão.

Palavras-Chave: ENEM; BNCC; Texto Aristotélico.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pelo Programa de Pós-graduação da FICS - Faculdade Interamericana de Ciências Sociais – Assunção - Paraguai. Atua como Dirigente Municipal de Educação de Carinhanha Bahia e professora de Literatura e Redação do Curso Pré-vestibular Ettaplus em Guanambi – Bahia. E-mail: edesialisboa07@gmail.com. Fone: 55 77 99966-8042.

² Professora doutora em Ciências da Educação pela UEP – Universidade Evangélica do Paraguai. Atua como orientadora de tese de mestrado pelo Programa de Pós-graduação da FICS - Faculdade Interamericana de Ciências Sociais – Assunção - Paraguai. E-mail: ciddamoreira@bol.com.br Fone: 55 38 99972-9097.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios de nossa existência a comunicação é fator crucial para o desenvolvimento das relações entre os sujeitos. Dessa maneira, escrever tem sido uma importante ferramenta para a sociedade, visto que, em nosso século a leitura/escrita se fazem presentes em numerosas situações. Nessa conjuntura, saber expressar ideias corretamente e praticar a leitura são fatores que agregam imensurável valor a formação e desenvolvimento do ser humano.

Sob essa égide, é importante apresentarmos epistemologicamente o tema selecionado para a pesquisa, sendo assim, objetiva-se com este trabalho expor as ideias de importantes autores que previamente desenvolveram estudos e pesquisas relacionadas à temática do ENEM. Ademais, com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular é importante discutir também as mudanças ocorridas nos currículos e na prática educativa como um todo, bem como as melhorias que a base supracitada venha trazer aos estudantes e ao seu processo de formação e aprendizagem.

Para isso, discorreremos a seguir sobre os pontos anteriormente mencionados e os demais que se fizerem necessários, utilizando-se da pesquisa bibliográfica como percurso metodológico tendo como princípio norteador literaturas previamente publicadas por importantes autores que estudam a temática em questão.

1. O TEXTO ARGUMENTATIVO-DISSERTATIVO: BUSCA HISTÓRICA E ATUAL SOBRE O USO DA ARGUMENTAÇÃO

O texto argumentativo-dissertativo tem como principal finalidade convencer quem o lê, fazer com que o leitor acredite nas informações ali contidas. Para isso, é usual se ter a presença de preposições, conjunções, advérbios, coesão textual, dentre outros elementos responsáveis pela harmonia na construção do texto. É importante que as argumentações utilizadas sejam consistentes a tal modo, pelo qual o leitor passe a defender as ideias defendidas pelo autor.

Desde os primórdios da existência dos seres humanos na terra sabe-se que os problemas eram resolvidos com o uso da força. Contudo, ao passar dos anos e com o processo de civilização das sociedades, passou-se a utilizar outro recurso que viesse a substituir a força: a Argumentação.

A argumentação pode ser expressa de forma explícita, citam-se como exemplos os discursos, redações e artigos, e de forma quase que imperceptível ao se tratar de obras didáticas e textos do gênero lírico.

Fiorin (2015) admite que a linguagem em qualquer forma que se apresente pode ser concebida como um diálogo quando afirma que todos os enunciados envolvidos no processo de comunicação são dialógicos havendo uma dialogização entre palavras. Pois, para que um discurso seja construído, o enunciador se baseia em outro discurso já existente e sendo assim todo e qualquer discurso é permeado por discursos alheios.

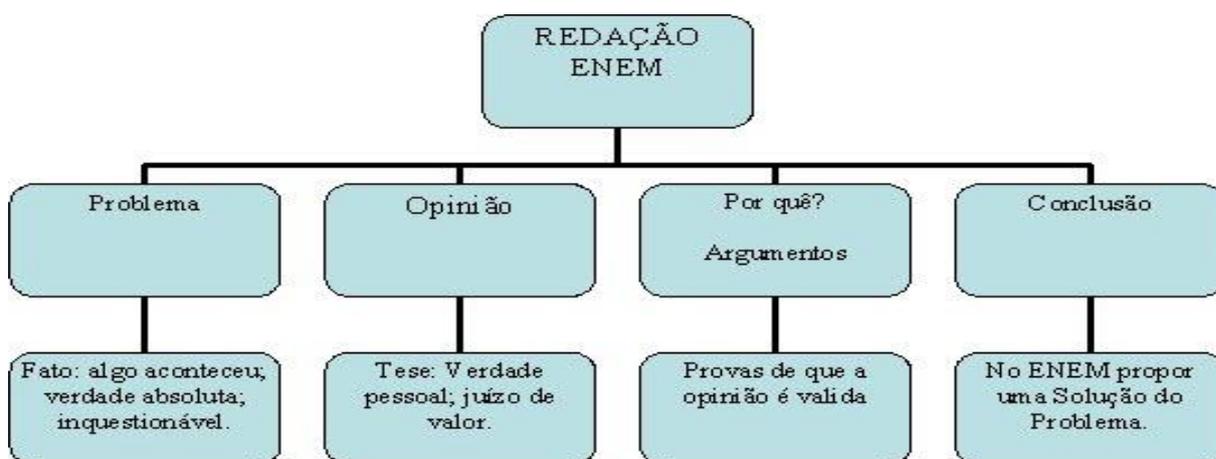
A construção dos discursos se embasa na argumentação fomentada pela pluralidade de sentidos e significados que encontramos nas palavras. Fiorin (2006) atesta que a polêmica existente na criação dos discursos sempre se constitui em oposição a outros. Sendo assim, um termo só completa seu sentido ao passo que é contrastado por outrem.

A riqueza de estruturas que contemplam a linguagem permite que sejam criadas inúmeras outras composições responsáveis pela composição dos variados gêneros textuais, constituídos por uma ortografia rebuscada, que ajudam a sustentar argumentos fortes formadores de opiniões.

Fiorin (2015) afirma que a invenção bem como a formulação do discurso se relaciona a uma espécie de inventário, sobre a qual recorreremos ao criá-lo. Para Aristóteles o inventário ao qual Fiorin se refere é composto por tópicos que se dividem em “lugares-próprios” - compõem um campo específico do discurso - e “lugares-comuns”- que englobam qualquer campo discursivo.

Diante dos ideais supracitados, é válido salientar que a defesa de pontos de vista, o uso da norma culta da língua portuguesa, a seleção de argumentos fortes, são características que constituem uma boa argumentação. O texto argumentativo-dissertativo deve conter pontos que contemplem a discussão, reflexão, o debate e os pontos de vista do autor, sendo organizado em introdução, desenvolvimento e conclusão.

Figura 01: Estrutura Textual



Fonte: Google Imagens. Disponível em: <https://sites.google.com/site/enemchute/redacao/esquema>.

Conforme Leal (2015), quando o aluno desenvolve uma proposta com o intuito de persuadir o leitor, trata-se de um texto argumentativo. No entanto, quando se visa à explicação de ideias em um texto tem-se o propósito de formar opiniões. A junção do texto dissertativo que pressupõe o uso de ideias a serem desenvolvidas e do texto argumentativo que apresenta argumentos passíveis de serem comprovados complementa e fomenta a produção de textos dissertativo-argumentativos.

A importância do texto dissertativo-argumentativo, ou simplesmente, a Redação, está centrada em diversos fatores, mas, podemos citar que os textos são meios de transmissão de mensagens e conhecimentos e a escrita é a maneira de se expressar das quais todos tem direito e acesso.

Desde os últimos anos do ensino fundamental são passados ao aluno os ensinamentos de como se expressar de forma correta através das palavras. É por meio da escrita que desenvolvemos nossa capacidade de raciocínio, conseguindo articular e argumentar coerentemente em um discurso.

Leal (2015) também salienta que por estes e outros motivos às habilidades relacionadas a uma boa produção textual são exigidas de estudantes em espaços distintos,

sejam eles acadêmicos ou profissionais, e destaca-se no maior exame avaliativo do país, o ENEM. A produção textual é cobrada durante um longo período no percurso formativo do sujeito, não somente nas aulas de Língua Portuguesa, mas, em todas as disciplinas, abarcando as peculiaridades de cada uma.

No entanto, é válido salientar que a Redação do ENEM é um gênero específico, o dissertativo-argumentativo e que observa a fundo as competências demonstradas pelo participante. De acordo com o Guia do participante do ENEM 2013 um texto dissertativo-argumentativo:

É fundamentado com argumentos, para influenciar a opinião do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí a sua dupla natureza: é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião, e é dissertativo porque se utiliza de explicações para justificá-la. Seu objetivo é, em última análise, convencer ou tentar convencer o leitor, pela apresentação de razões e pela evidência de provas, à luz de um raciocínio coerente e consistente. (BRASIL, 2013, p.15-16)

Desse modo, pode-se considerar que argumentar é fazer uso da própria razão na busca de argumentos que validem ou não determinados assuntos. O início deste tipo de atividade se deu com os filósofos gregos, em meados do século VII a.C. e Aristóteles é considerado o seu precursor, quando analisou aspectos retóricos-dialéticos.

Essa tipologia textual é usualmente cobrada em vestibulares, o ENEM que é nosso foco de estudo também utiliza de textos argumentativos para selecionar participantes. Para Leal (2015) o Exame Nacional do Ensino Médio é um certame ofertado anualmente, seu objetivo é avaliar o candidato a partir de competências e habilidades previstas pelo INEP. Vale ressaltar que é importante ao candidato sempre se atentar a temas que remetem às atualidades e a cultura na qual se encontra inserido, aumentando os seus conhecimentos.

De todo modo, a maneira da qual se dispõe para analisar o desempenho dos estudantes durante o processo de ensino aprendizagem e em exames como o Enem, é a avaliação. Com este instrumento, é possível que sejam identificadas as dificuldades encontradas pelos alunos, além de possibilitar a observação dos objetivos propostos diante dos resultados alcançados.

A importância da avaliação perpassa a simples prática de atribuição de uma nota, ela norteia o trabalho pedagógico subsidiando o trabalho dos educadores, visando à formação crítica de sujeitos que se tornem cidadãos participativos na sociedade.

Lira, Lima e Marinelli (2010) afirmam que quando a metodologia avaliativa é empregada em fechamento de ciclos, ou como forma de verificar capacidades e habilidades de

um sujeito, torna-se um processo “mecânico” ao invés de ser usado para a transformação e o aperfeiçoamento do aluno.

Sobre isso também Hoffmann (2003), adverte:

[...] o papel do avaliador, ativo em termos do processo, transforma-se no de partícipe do sucesso ou fracasso dos alunos, uma vez que os percursos individuais serão mais ou menos favorecidos a partir de suas decisões pedagógicas que dependerão, igualmente, da amplitude das observações. Pode-se pensar, a partir daí, que não é mais o aluno que deve estar preparado para a escola, mas professores e escolas é que devem preparar-se para ajustar propostas pedagógicas favorecedoras de sua aprendizagem, sejam quais forem seus ritmos, seus interesses e ou singularidades. (HOFFMANN, 2003, p. 223)

Nessa perspectiva, a temática voltada para a avaliação vem sendo amplamente discutida, visto que, na vida, até mesmo nas atividades corriqueiras utilizam-se meios avaliativos, ou seja, a avaliação abrange toda e qualquer tarefa que necessite de reflexões.

Tendo em vista a importância e a abrangência do que vem a ser “avaliar”, não se deve reduzir tal prática apenas a mera verificação de desempenho, passível de uma atribuição de notas. Para referendar essa afirmação Hoffmann (2000, p. 53) dita que

[...] conceber e nomear o 'fazer testes', o 'dar notas', por avaliação é uma atitude simplista e ingênua! Significa reduzir o processo avaliativo, de acompanhamento e ação com base na reflexão, a poucos instrumentos auxiliares desse processo, como se nomeássemos por bisturi um procedimento cirúrgico [...]. (HOFFMANN, 2000, p. 53)

Desse modo, o processo avaliativo deve primar pela interação entre educando e educador, visto que, o professor precisa desafiar o aluno para que este busque cada vez mais o conhecimento. Da mesma maneira, o aluno também promove desafios ao professor, e sendo assim temos a verdadeira interface do processo avaliativo, na qual através da colaboração entre as partes envolvidas forma-se o saber crítico. (LIRA, LIMA e MARINELLI, 2010)

É de extrema importância que no meio acadêmico seja feita a devida distinção entre os termos avaliação e verificação, uma vez que estes vocábulos têm sido utilizados de forma sinônima. Avaliar segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa significa determinar o valor de; compreender; apreciar; prezar; reputar-se; conhecer o seu valor.

Verificar, por sua vez, de acordo com o mesmo dicionário supracitado faz referência a examinar se uma coisa é o que deve ser ou o que se declarou ser; confirmar; corroborar; averiguar; cumprir-se; efetuar-se. Reiterando estes parágrafos temos Luckesi (1998), que diz:

A avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção de configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer ante ou com ele. A verificação é uma ação que "congela" o objeto; a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha dinâmica de ação. (LUCKESI, 1998, p. 76)

No âmbito escolar temos o emprego destes conceitos subjugando o desenvolvimento dos alunos, pois, quando usada somente como aferição de rendimento escolar reduz o aluno a “aprovado ou reprovado”, porém, não informa se o discente obteve um aprendizado significativo.

Em síntese, o atual processo de aferir a aprendizagem escolar, sob a forma de verificação, além de não obter as mais significativas consequências para a melhoria do ensino e da aprendizagem, ainda impõe aos educandos consequências negativas, como a de viver sob a égide do medo, através da ameaça de reprovação - situação que nenhum de nós, em sã consciência, pode desejar para si ou para outrem. (LUCKESI, 1998, p.76)

Logo, avaliar corretamente os conhecimentos obtidos pelo aluno no processo de ensino aprendizagem não é uma tarefa simplória, contudo, a partir do momento em que se pensar na avaliação como uma ferramenta que subsidie tanto o aluno em seu percurso formativo, quanto o professor em seu percurso formador fortaleceremos o trabalho docente e serão obtidos melhores resultados por parte dos educandos.

Para referendar as ideias acima dispostas cita-se Hoffmann (2013, p. 22) quando a autora define que “a avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação”.

Ao mencionarmos a relevância que deve ser dada ao processo avaliativo na aprendizagem, afirmamos a importância do ENEM para o processo formativo e acadêmico do sujeito, tendo entendido a avaliação como o mecanismo que “tem a função de subsidiar a construção da aprendizagem” (LUCKESI 2008, p. 166). Portanto, podemos inferir que a avaliação é essencial para a educação, seja ela no âmbito de uma sala de aula ou a nível institucional.

Nessa perspectiva, em meio às reformas pelas quais vem passando o ensino médio no Brasil entende-se que o ENEM e o processo de aprendizagem que prepara e avalia os estudantes no exame também precisam ser inclusos nas mudanças para que dessa maneira se obtenham resultados mais satisfatórios.

A partir do ano de 2009, quando houve significativas modificações no Enem, cita-se a implementação do SISU, houve também um aumento nos discursos em se tratando do mau

desempenho dos estudantes, sobretudo em relação à produção textual/argumentação na redação.

Falando em fracasso escolar, não se pode deixar de citar Nogueira (2009) quando o referido autor afirma que a escola muitas vezes tende a reproduzir o caráter dominante da sociedade, e nessa conjuntura aplicar a mesma avaliação a todos os alunos representará a ocorrência de resultados relacionados às marcas sociais nas quais o estudante se insira.

Bourdieu (2008b) salienta que apesar dos resultados insatisfatórios na educação brasileira, em relação particularmente ao ensino médio não se liga diretamente ao poder aquisitivo. É claro que quanto maior a renda familiar, mais se poderá investir em educação e boas escolas, contudo, o fator determinante para estas questões seria a inclusão cultural dos indivíduos.

Sendo assim, a bagagem cultural que o sujeito agrega a seus conhecimentos durante o seu percurso formativo pode dar-lhe um forte poder argumentativo, garantindo que este indivíduo obtenha bons resultados em suas avaliações e produções.

Silva e Lima (2014, p. 56) afirmam que “quanto mais competências e habilidades o indivíduo possuir, mais oportunidades favoráveis para resolução de um conjunto maior de problemas”, porque dessa maneira com o uso das aptidões apropriadas o candidato conseguirá redigir corretamente seu texto.

Porém, conforme afirma Marquesi (2011, p. 135) “o estudante do ensino médio ainda tem extrema dificuldade para escrever e, então, na maioria das vezes, ele reproduz, em sua escrita, frases, clichês ou trechos de textos lidos”, tal afirmativa mostra o não cumprimento de critérios básicos para a construção de textos argumentativos.

Mesmo sabendo que a Redação é trabalhada com os estudantes durante o seu percurso formativo, nos deparamos com um impasse, o mau desempenho dos participantes quanto ao texto produzido no exame.

Muitas vezes as instituições escolares não possuem um corpo docente condizente com o número de alunos matriculados e esse fator faz com que o professor se desdobre em três ou mais disciplinas comprometendo a eficácia do trabalho e conseqüentemente da aprendizagem.

Nesse âmbito, para que o desempenho do aluno tenha significativa melhora é preciso que haja mudanças na forma de se trabalhar com a redação no ensino médio, a fim de que o aluno tenha condições de atender aos critérios que a produção de um texto dissertativo argumentativo exige. As competências utilizadas para a correção de tal gênero textual são dispostas no Manual do candidato e implicam dizer que este já as tenha adquirido durante o seu percurso de ensino-aprendizagem.

A redação do ENEM requer do candidato uma produção sequenciada do tipo dissertativo-argumentativo com tema relacionado a assuntos que vão do âmbito social ao político, pois, além de pertencer ao ambiente acadêmico, dissertar faz parte da realidade na qual estamos inseridos, visto que, para o sujeito se tornar um cidadão atuante ele precisa conhecer e saber lidar com os mais variados assuntos levando em consideração que o discurso envolto na arte do bem falar é um princípio da Retórica Aristotélica. (MARCUSCHI, 2002)

Sobre a mesma temática Rojo (2009, p. 83) salienta “como a leitura, a escrita ou produção de textos também envolve uma multiplicidade de capacidades ou competências e habilidades desenvolvidas ao longo da educação básica, se não ao longo da vida”.

Costa Val (2006, p. 46) asseguram: “o que se espera em termos de redação são habilidades de exposição de ideias e de argumentação em torno de determinado problema”. Nessa conjuntura, o texto dissertativo-argumentativo tem a finalidade de discorrer defendendo um ponto de vista em relação a assuntos recorrentes na contemporaneidade por meio de argumentos (dados estatísticos, exemplos, fatos, etc.) firmes e que convençam o leitor, levando a uma conclusão permeada por possíveis soluções.

É importante ressaltar ainda que para obter sucesso em uma redação o aluno deve apresentar domínio sobre as áreas literárias, mas também sobre as filosóficas. A visão de mundo que é cobrada do estudante nas produções textuais podem ser expressas nos textos a partir do uso de trechos de músicas, de poemas, de fatos históricos ou geográficos. Porém, a falta da prática rotineira da leitura faz com que o aluno não tenha base para fundamentar suas produções. (MARCUSCHI, 2002)

Para Silva e Lima (2014) a elaboração de um roteiro próprio pelo aluno durante a produção textual também é relevante, pois, assim será possível ganhar tempo sem ter que voltar fazendo releituras do que foi redigido. Nesse sentido, o roteiro serve como um direcionador para a elaboração do texto com concisão, coerência e coesão. A preparação de um roteiro esquematizado fará com que o sujeito autor se engendre pela linha de raciocínio correta e saiba a partir da tese que irá defender quais os argumentos adequados que utilizará.

Outro fator importante sobre a produção de textos dissertativo-argumentativos é o uso de vocabulário rebuscado, este, quando atrelado às normas cultas agregará valor ao texto. No entanto, não se deve fazer uso de palavras difíceis e desconhecidas apenas como forma de enganar os avaliadores, de nada adiantará tais palavras sem um bom desempenho argumentativo e com o não cumprimento das competências e habilidades exigidas para a produção de boas Redações.

Diante de tais pressupostos é cabível afirmar que o ensino da argumentação envolve orientar e preparar o aluno para que este consiga desenvolver sua própria capacidade argumentativo-discursiva. Para isso, a retórica clássica ou retórica Aristotélica, sobre a qual discorreremos a seguir, oferece subsídios significativos para o processo de ensino-aprendizagem relativo à produção deste gênero textual.

Tem-se conhecimento que o ensino da escrita desperta o interesse de pesquisadores e educadores, pois, a linguagem se converte em textos. Sendo assim, através do texto, o sujeito estabelece relações com os interlocutores do processo, e a linguagem escrita torna-se um objeto fundamental para a construção do ensino.

Sob essa égide, pode-se concluir que a elaboração de um texto dissertativo-argumentativo engloba não apenas o conhecimento da língua, mas, exige que o sujeito possua saberes que envolvem o cognitivo e principalmente tenha domínio sobre o discurso, uma das premissas básicas componentes da Retórica de Aristóteles.

Nesse sentido a produção de um texto dissertativo-argumentativo deve estar atrelada ao conhecimento de mundo por parte do sujeito autor, levando em conta que os assuntos abordados sempre apresentam vertentes que possuem cunho social. Tendo ciência acerca do tema proposto, o participante poderá apresentar argumentos que defendam seu ponto de vista, mantendo em todo o decurso do texto uma postura crítica que englobe várias áreas do conhecimento.

Nessa perspectiva segundo dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) o desempenho dos alunos do ensino médio no quesito elaboração de textos tem se mostrado insuficiente a cada ano que passa. Tendo por base os resultados supracitados, percebe-se que é necessário que as intervenções em sala de aula contribuam para melhorar a qualidade do ensino, preferencialmente em se tratando de produções textuais.

Segundo Marcuschi (2002), as diferentes situações cotidianas que envolvem a comunicação podem ser relacionadas às variações de gêneros textuais existentes. Por esse motivo, o ensino da língua através de textos torna-se essencial para o desenvolvimento das competências linguísticas do educando, pois, além de ajudá-lo a compreender a língua de diferentes maneiras, desenvolve também o domínio sobre o discurso, dando possibilidade para que o sujeito saiba agir em situações comunicativas que envolvam tanto a parte oral, quanto à escrita.

A Retórica Aristotélica já salientava a importância da persuasão envolvendo discursos, e atualmente, essa afirmação não pode ser deixada de lado. Constantemente surgem situações

em que o sujeito precisa posicionar-se criticamente acerca de assuntos que despertam variados pontos de vista.

Ademais, a sociedade muda seus conceitos e práticas de maneira que o indivíduo deve estar atento aos acontecimentos para poder omitir opiniões válidas. E, sendo assim cabe à escola formar cidadãos capazes de agir e pensar com criticidade e que possua habilidades argumentativas e dissertativas a fim de ocupar seu espaço nas distintas situações comunicativas que por ventura vierem a acontecer.

No dicionário Aurélio da Língua Portuguesa do século XXI, “dissertação é uma exposição desenvolvida, escrita ou oral, de matéria doutrinária científica ou artística”. Já no dicionário Antônio Houaiss, “dissertar é expor algum assunto de modo sistemático, abrangente e profundo, oralmente ou por escrito”.

Sendo assim, os dois autores descrevem a dissertação com palavras distintas, porém, com o mesmo significado e a partir das definições supracitadas podemos inferir que ao se tratar de um texto dissertativo-argumentativo o mais relevante é ensinar ao aluno que se deve expor com clareza o assunto proposto.

Nessa conjuntura, não basta dominar a língua portuguesa e suas normas ortográficas, mas, ser conhecedor do assunto ao qual a proposta de redação se refere. Em dadas situações, mesmo que o texto siga todos os padrões gramaticais e linguísticos, a fuga do tema compromete o seu bom desenvolvimento.

Então, o aluno precisa estar em contato com textos argumentativos desde os anos finais do ensino fundamental, mesmo com sua obrigatoriedade apenas no ensino médio, de acordo afirma Pereira (2008)

O ensino do texto argumentativo, de modo geral, nas escolas brasileiras, inicia-se nas séries finais do ensino fundamental, 8º e 9º anos, mas sua obrigatoriedade como conteúdo curricular destaca-se no ensino médio. (PEREIRA, 2008, p. 49)

Silva e Lima (2014) salientam que para elaborar textos argumentativos é preciso que a produção seja baseada em quesitos como clareza, concisão, harmonia, coesão e coerência, fatores que levam a uma boa compreensão do texto. Nessa conjuntura, o texto dissertativo argumentativo permite que o professor/avaliador verifique se o aluno conseguiu compreender a proposta, se soube relacionar, organizar e interpretar as informações dispostas para assim proceder com o desenvolvimento.

Mas a complexidade de se produzir textos dissertativo-argumentativos ainda é uma realidade crescente no Brasil, ou seja, os métodos com os quais se tem trabalhado a

argumentação em sala de aula são falhos e atrelados às leituras superficiais ou inexistentes por parte dos estudantes.

A redação do ENEM, um texto que deve ser elaborado em forma de prosa do tipo dissertativo-argumentativo relacionando-se com temas sociais, culturais ou políticos requer que o participante domine a arte retórica e consiga convencer o corretor de que seu argumento é forte o bastante e não permite questionamentos.

Tais capacidades precisam ser desenvolvidas pelo aluno ao longo de seu processo de ensino-aprendizagem, como afirma Rojo (2009)

como a leitura, a escrita ou produção de textos também envolve uma multiplicidade de capacidades ou competências e habilidades desenvolvidas ao longo da educação básica, se não ao longo da vida. (ROJO, 2009, p. 83)

Diante de todos os quesitos anteriormente mencionados, cabe ao professor valorizar a redação em suas aulas. É necessário que o docente ensine os alunos a escrever, expressando e organizando suas ideias. A capacidade de organizar sistematicamente as informações caracteriza um aluno que viu, ouviu, leu (livros, revistas, jornais, internet) e se propôs a sintetizar os conhecimentos assimilados em forma de texto.

2. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: PRELÚDIO DE MUDANÇAS, GARANTIA DO DIREITO À APRENDIZAGEM E IMPLICAÇÕES NO ENSINO MÉDIO

A partir da promulgação da Constituição Federal, em 1988, já sinalizava no artigo 210, a necessidade do estabelecimento dos “conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira que assegurasse a formação básica comum” (BRASIL, 1988, p.124).

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 1988, p.124)

De acordo com o texto da Constituição já se pensava na construção de um documento norteador para a garantia das aprendizagens e em uma formação mais ampla, que abarcasse

cultura, artes, valores, sociabilidade, empatia e respeito às culturas locais valorizando a identidade dos povos.

Posteriormente, esse anseio previsto da Constituição Federal é validado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) bem como nos documentos oficiais subsequentes, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

Em 2014 é instituído o Plano Nacional de Educação (PNE), construído a partir da I Conferência Nacional de Educação – Conae. O PNE apresenta proposições concretas para a efetiva universalização de toda a educação básica.

No ano de 2015, o texto da Base Nacional Comum Curricular começou a ser construído objetivando estabelecer os conteúdos mínimos fundamentais para serem aprendidos por crianças e jovens da educação básica, com respeito às diversidades regionais e locais. A necessidade por uma base nacional comum curricular está expressa na Meta 2 e na Meta 7 do Plano Nacional de Educação.

Em 2017, o documento foi homologado em vinte de dezembro pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A BNCC do ensino médio foi entregue pelo ex-ministro da Educação Mendonça Filho ao CNE para a realização das consultas públicas. O documento norteará a implementação da Reforma do Ensino Médio - conjunto de novas diretrizes para o ensino médio implementadas por meio de Medida Provisória, sancionada em 16 de fevereiro de 2017.

O novo marco da história da educação no Brasil foi à promulgação da Base Nacional Comum da Educação Infantil e Ensino Fundamental² em dezembro de 2017, sobre a qual se refere o parágrafo anterior.

Para entender melhor esse novo acontecimentos, alguns momentos na trajetória da educação brasileira constituem-se como marcos legais que nortearam a democratização do ensino no Brasil, sendo assim, o professor Francisco Cordão³, especialista em história da

² No momento da construção deste trabalho, a BNCC do Ensino médio estava ainda submetida a audiências públicas pelo Conselho Nacional de Educação. Em 14 de dezembro do ano de 2018, o texto da Base Nacional Comum Curricular referente à etapa do Ensino Médio foi homologado pelo Ministério da Educação (MEC).

³ Francisco Aparecido Cordão: Licenciado (Graduação) em Filosofia, Teologia e Pedagogia. (especialização em Supervisão de Ensino e Administração Escolar). Professor de Filosofia na Rede Estadual de Ensino (2º Grau – Ensino Médio) na EESG “Prof. Gualter da Silva”- São Paulo/SP. Professor Universitário de Filosofia da Educação e de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus (Faculdades Associadas do Ipiranga). Sociólogo e Orientador Social do SESC de São Paulo. Conselheiro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, durante 18 anos.

Educação reúne esses momentos em uma linha do tempo os quais estão presentes na narrativa cronológica que segue.

Os jesuítas chegam ao Brasil em 1549 com a criação da primeira escola de ler e escrever. Logo depois, no ano de 1759 eles foram expulsos do Brasil e, como consequência tivemos uma desintegração da instrução pública.

Em seguida no ano de 1824, D. Pedro I definiu que a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos no Art. 179 da Constituição Política do Império do Brasil. Embora entre os cidadãos não estavam incluídos os povos escravizados.

No ano de 1834, o Ato Constitucional nº 16, que promoveu as alterações na Constituição Política, delegou a responsabilidade da educação inicial e a formação dos professores às províncias.

Já em 1891, a Constituição de 1891 definiu a laicidade da educação e deixou a gratuidade a juízo dos governos estaduais. Em 1934, a educação pública foi proclamada como direito dos cidadãos e dever do Estado.

No ano de 1937, na Constituição outorgada pelo Estado Novo, a educação primária foi declarada obrigatória e gratuita, mas as obrigações do governo ficaram diluídas.

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 1946, praticamente retoma o texto da Constituição de 1934, garantindo recursos vinculados do orçamento da União para cumprir a obrigatoriedade e a gratuidade da educação primária e sua continuidade nos níveis posteriores de ensino.

No ano de 1961, foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/1961). Em 1967, O ensino passou a ser obrigatório dos 7(sete) aos 14(quatorze) anos, e gratuito nos estabelecimentos públicos.

A nova Constituição estabeleceu a gratuidade e a obrigatoriedade do Ensino Fundamental. De acordo com o Art. 208, “o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.” A partir de então, o cidadão tem mecanismos jurídicos para exigir o direito à Educação. Foi prevista, ainda, a progressiva universalização do ensino médio gratuito.

É sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, definindo os dois níveis para a educação: o nível da Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, bem como o nível da Educação Superior. Foi instituído também o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Em 1997, o Ministério da Educação pública os Parâmetros Curriculares Nacionais, referenciais abertos e não obrigatórios para subsidiar a renovação e a reelaboração da proposta curricular das escolas e a formação de professores.

A Lei do Fundef foi substituída, em 2007, e teve seu alcance ampliado pela Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério. A implantação da lei representa o mais importante mecanismo de redistribuição de recursos vinculados à educação e a principal medida adotada em regime de colaboração entre União, Estados, o Distrito Federal e os Municípios para promover a redistribuição dos recursos aplicados na educação.

Em 2009, a Emenda Constitucional nº 59/2009 promoveu alterações no texto da Constituição Federal de 1988, com destaque para: Inciso I Art. 208, definindo que o dever do Estado para com a Educação será efetivado mediante a garantia da “Educação Básica, obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive a sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso da idade própria.

No ano seguinte, 2010, surgem as Diretrizes Curriculares Nacionais, normas obrigatórias para a educação Básica com o objetivo de orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino.

Quatro anos depois, foi sancionada a Lei 13. 005/2014, que aprova e define o Plano Nacional de Educação, com 20(vinte) metas e respectivas estratégias de implantação, a serem cumpridas em 10 (dez) anos.

Em 2017, os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio continuavam insatisfatórios bem como do IDEB desta etapa final da Educação Básica. Desta forma, o Governo Federal sanciona a Reforma do Ensino Médio, que flexibiliza a estrutura desta etapa do ensino, criando uma parte comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e a outra parte flexível para galgar novos resultados.

Ainda em 2017, é aprovada a Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Logo, em 14 de dezembro de 2018 é aprovado o texto da Base Nacional Comum Curricular da etapa Ensino Médio.

A partir da observação da cronologia educacional anterior, levando em consideração os acontecimentos e suas respectivas datas, fica evidenciada a trajetória que a educação brasileira percorreu até chegar aos moldes atuais, enfatizando a importância da promulgação de leis e documentos legais que fomentem o sistema educacional.

O documento da Base Nacional Comum Curricular apresenta dez competências gerais para educação básica.

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artísticas, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017, p. 146)

Para esse estudo a que nos chama a atenção é a competência 7 (sete), diretamente ligada à produção do texto aristotélico nas avaliações do Exame Nacional do Ensino Médio

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, (...) inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB. (BRASIL, 2018, p. 8-9)

A competência geral número 7 (sete) da educação básica na BNCC, implica na capacidade de construir argumentos, formular opiniões e debater de forma coerente e coesa com argumentos valorosos do ponto de vista ético respeitando os direitos humanos, sociais e ambientais.

Essa competência contribui para o aprendizado em todas as áreas do conhecimento, possibilitando os confrontos de visões diferentes, interposição de inferências com as propriedades argumentativas sobre os assuntos distintos que circundam na sociedade.

Ainda no texto da BNCC do Ensino Médio “o conceito de competência, adotado, marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas e pode ser inferido no texto da LDB, especialmente quando se estabelecem as finalidades gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Artigos 32 e 35)”. (BRASIL, 2017, p. 13)

Nessa perspectiva,

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências.

Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (BRASIL, 2017. p. 13)

A ausência de um currículo comum foi questionada ao longo dos anos por especialistas em educação. Essa carência deste documento comum, como a atual BNCC, contribuiu para as desigualdades que marcam a educação brasileira. Nesse interim, o Conselho Nacional de Educação institui a Base Nacional Comum Curricular como um documento de caráter normativo para a garantia do direito à aprendizagem.

Para Ivan Cláudio Siqueira, pesquisador e membro do Conselho Nacional de Educação do Brasil, colocar a criança e o adolescente no centro do processo como protagonistas da aprendizagem foi uma melhora significativa. Essa preocupação com o currículo oficial na adoção da BNCC colocou o Brasil em alinhamento a um movimento internacional para aprimorar a qualidade do ensino.

No entanto, faz-se necessário observar que a BNCC é um ponto de partida e não de chegada, pois o documento precisa ser aprimorado por nós professores bem como pelas famílias e sociedade de modo geral. Afinal de contas,

o currículo tem que levar em consideração o conhecimento local e cotidiano que os alunos trazem para a escola, mas esse conhecimento nunca poderá ser uma base para o currículo. A estrutura do conhecimento local é planejada para relacionar-se com o particular e não pode fornecer a base para quaisquer princípios generalizáveis. Fornecer acesso a tais princípios é uma das principais razões pelas quais todos os países têm escolas”. (YOUNG, 2007, p. 13)

Muito se discutiu, discordou, inferiu, alterou sobre o texto da Base. Várias polêmicas se instalaram ao longo de sua construção. Porém, a BNCC traz-nos uma seguridade para os novos caminhos bem como o desafio para a materialização das suas competências em sala de aula.

3. CONTEXTO ATUAL DO ENSINO MÉDIO

A Base Nacional do Ensino Médio terá muitos debates ainda, principalmente no campo considerado mais complexo: o capítulo de Língua Portuguesa que incorporou o eixo da semiótica⁴.

Entretanto, outras discussões e reflexões permeiam em torno do jovem que vivencia essa etapa da Educação Básica. O ensino médio brasileiro não tem atendido aos anseios dos jovens, mesmo sendo um direito público.

De acordo com o texto da BNCC do ensino médio,

a realidade educacional do País tem mostrado que essa etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação. Para além da necessidade de universalizar o atendimento, tem-se mostrado crucial garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras. (BRASIL, 2017, p. 461)

⁴ Semiótica é o estudo dos signos, que consistem em todos os elementos que representam algum significado e sentido para o ser humano, abrangendo as linguagens verbais e não-verbais. A semiótica busca entender como o ser humano consegue interpretar as coisas, principalmente o ambiente que o envolve. Desta forma, estuda como o indivíduo atribui significado a tudo o que está ao seu redor. Os objetos de estudo da semiótica são extremamente amplos, consistindo em qualquer tipo de signo social, por exemplo, seja no âmbito das artes visuais, música, cinema, fotografia, gestos, religião, moda, etc. Em suma, quase tudo o que existe pode ser analisado a partir da semiótica, visto que para que algo exista na mente humana, esta coisa precisa ter uma representação mental do objeto real. Esta condição já faz de tal objeto, por exemplo, um signo que pode ser interpretado semioticamente. Segundo registros históricos, a semiótica teve sua origem na Grécia Antiga, mas apenas se desenvolveu no começo do século XX, com o trabalho de alguns pesquisadores, como o mestre da linguística e filósofo Ferdinand de Saussure (1857 - 1913), e Charles Peirce (1839 - 1914), considerado o “papa da Semiótica”. Disponível em: <https://www.significados.com.br/semiotica>. Acesso em: 30 de junho de 2018.

Se no ensino fundamental os desafios de implantação da base já são grandes, no ensino médio não basta universalizar o atendimento, urge também a necessidade de garantir a permanência dos alunos para a contenção da evasão escolar aspecto crítico nessa etapa da educação básica.

Esses apontamentos são explicitados nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)52:

Com a perspectiva de um imenso contingente de adolescentes, jovens e adultos que se diferenciam por condições de existência e perspectivas de futuro desiguais, é que o Ensino Médio deve trabalhar. Está em jogo a recriação da escola que, embora não possa por si só resolver as desigualdades sociais, pode ampliar as condições de inclusão social, ao possibilitar o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho. (BRASIL, 2011, p. 167)

A escola do século XXI precisa ser compreendida no contexto da dinâmica social contemporânea, pois é marcada pelas metamorfoses do desenvolvimento tecnológico e da inserção da geração de jovens nesse cenário vivenciado pelos jovens estudantes e desafiador para os professores. A tríade escola do século XIX, professor do século XX e aluno do século XXI precisam encontrar pontos de encontro.

No texto da base,

Trata-se de reconhecer que as transformações nos contextos nacional e internacional atingem diretamente as populações jovens e, portanto, o que se demanda de sua formação para o enfrentamento dos novos desafios sociais, econômicos e ambientais, acelerados pelas mudanças tecnológicas do mundo contemporâneo. (BRASIL, 2017, p. 463)

Precisamos considerar a distintas características do público dessa etapa da educação básica notadamente porque

a juventude como condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões, com especificidades próprias que não estão restritas às dimensões biológica e etária, mas que se encontram articuladas com uma multiplicidade de atravessamentos sociais e culturais, produzindo múltiplas culturas juvenis ou muitas juventudes. (BRASIL, 2011, p. 155)

Dessa forma é necessário refletirmos sobre a acolhida que as escolas devem fazer aos alunos do ensino médio pensando nas diversas dimensões do ser que os envolvem como pessoa humana.

Retomando a questão do texto, como objeto macro de estudo deste trabalho, na BNCC do ensino médio,

A área de Linguagens, no Ensino Fundamental, está centrada no conhecimento, na compreensão, na exploração, na análise e na utilização das diferentes linguagens (visuais, sonoras, verbais, corporais), visando estabelecer um repertório diversificado sobre as práticas de linguagem e desenvolver o senso estético e a comunicação com o uso das tecnologias digitais. No Ensino Médio, o foco da área de Linguagens e suas Tecnologias está na ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais e no uso criativo das diversas mídias. (BRASIL, 2017, p. 471)

A progressão das aprendizagens e habilidades da BNCC nos aspectos da linguagem é definida considerando,

- a complexidade das práticas de linguagens e dos fenômenos sociais que repercutem nos usos da linguagem (como a pós-verdade e o efeito bolha);
- a consolidação do domínio de gêneros do discurso/gêneros textuais já contemplados anteriormente e a ampliação do repertório de gêneros, sobretudo dos que supõem um grau maior de análise, síntese e reflexão;
- o aumento da complexidade dos textos lidos e produzidos em termos de temática, estruturação sintática, vocabulário, recursos estilísticos, orquestração de vozes e semioses;
- o foco maior nas habilidades envolvidas na reflexão sobre os textos e práticas (análise, avaliação, apreciação ética, estética e política, valoração, validação crítica, demonstração etc.), já que as habilidades requeridas por processos de recuperação de informação (identificação, reconhecimento, organização) e por processos de compreensão (comparação, distinção, estabelecimento de relações e inferência) já foram desenvolvidas no Ensino Fundamental (BNCC ensino médio). (BRASIL, 2017, p. 499)

A produção de texto exige do estudante de ensino médio a bagagem cultural adquirida ao longo de sua formação para melhor embasar a sua argumentação com progressão temática. Na base, considera-se também,

- o incremento da consideração das práticas da cultura digital e das culturas juvenis, por meio do aprofundamento da análise de suas práticas e produções culturais em circulação, de uma maior incorporação de critérios técnicos e estéticos na análise e autoria das produções e vivências mais intensas de processos de produção colaborativos;
- a ampliação de repertório, considerando a diversidade cultural, de maneira a abranger produções e formas de expressão diversas – literatura juvenil, literatura periférico-marginal, o culto, o clássico, o popular, cultura de massa, cultura das

mídias, culturas juvenis etc. – e em suas múltiplas repercussões e possibilidades de apreciação, em processos que envolvem adaptações, remediações, estilizações, paródias, HQs, minisséries, filmes, videominutos, *games* etc.;

- a inclusão de obras da tradição literária brasileira e de suas referências ocidentais – em especial da literatura portuguesa –, assim como obras mais complexas da literatura contemporânea e das literaturas indígena, africana e latino-americana. (BRASIL, 2017, p. 500)

A leitura e a produção de textos são práticas de linguagem básicas do Ensino Fundamental e Médio. Para tanto, a escola deve desenvolver no aluno em suas práticas pedagógicas de linguagem a habilidade de posicionar-se de forma idônea em relação aos assuntos da atualidade, fazendo apreciações éticas e respeitadas nas produções textuais. Isso é propiciar no sujeito a ação de colocar-se no mundo expressando, por meio da linguagem escrita, de forma ética e cidadã.

CONCLUSÃO

O estudante que realiza o ENEM necessita dominar a língua portuguesa de modo que ao ser avaliado o participante mostre-se capacitado a ler e escrever textos dos mais variados gêneros e que estejam em circulação na sociedade, para que assim consiga organizar conhecimentos e utilizá-los de acordo com a norma culta da língua portuguesa.

Sob esta ótica, compreende-se que a deficiência dos alunos quando se trata de produções escritas relacionam-se com as concepções de linguagem e de escrita, visto que ambas se interligam, e também a maneira pela qual são trabalhadas dentro da sala de aula.

Dado o exposto, pode-se considerar que a Retórica, ou seja, quem faz uso de suas premissas, busca exercer a persuasão por meio do discurso. É importante salientar que vencer por meios retóricos significa demonstrar imponência através do uso da argumentação.

Porém, para que isso ocorra, é necessário que haja mudança na escrita dos estudantes brasileiros e que o processo de ensino aprendizagem desenvolva, de fato, as competências e habilidades que mostrem a eles como fazer uso dos mecanismos disponíveis na língua para uma comunicação clara, coerente e coesa com seus interlocutores.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: M.A. NOGUEIRA; A. CATANI (org.). **Escritos de educação**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008b. pp. 145-183.

BRASIL, Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996)**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 de maio de 2018.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. A redação no ENEM 2013: guia do participante. Brasília: INEP, MEC, 2013. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_de_redacao_enem_2013.pdf.> Acesso em 26 de maio de 2018.

_____. Ministério da Educação. **Censo Escolar/INEP 2017**. Disponível em : <http://www.qedu.org.br/escola/125645-ee-colegio-modelo-luis-eduardo-magalhaes/sobre>.> Acesso em 05 de julho de 2018.

_____. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192.> Acesso em: 26 fev. 2018.

_____. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

_____. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação. (2013a) **Documento Referencial Elaborado pelo Fórum Nacional de Educação**. Brasília: CONAE/MEC.

COSTA VAL, M.G. 2006. **Redação e textualidade**. 3ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 136 p.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

HOFFMANN J. M. L. **Avaliação: Mito e Desafio. Uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação 2000.

_____. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola a universidade**. Porto Alegre: Mediação 2003.

_____. **Avaliação: mito e desafio – uma perspectiva construtivista.** 43. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

HOUAISS, A. & VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LEAL, A. F. C. **A Formulação da proposta de redação do ENEM: a projeção imaginária do sujeito-escriptor ideal.** Cáceres/MT: UNEMAT, 2015.

LIRA, G. LIMA, M. A. M. e MARINELLI, M. Estudo epistemológico dos modelos de Avaliação Educacional: por uma tipologia epistemológico-histórica em Gaston Bachelard. LIMA, Marcos A. M. e MARINELLI, Marcos (orgs.) **Epistemologias e metodologias para a Avaliação Educacional: múltiplas visões e abordagens.** Fortaleza: Edições UFC, 2010.

LUCKESI C. C. **Verificação ou avaliação: o que pratica a escola?** Série Idéias n. 8, São Paulo: FDE, 1998. p. 71-80.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 19. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCUSCHI, L.A. 2002. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade.** In: A.P. DIONISIO; M.A. BEZERRA (orgs.), Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro, Lucerna, p. 19-36.

MARQUESI, S.C. 2011. **Escrita e reescrita de textos no ensino médio.** In: V.M. ELIAS (eds.), Ensino de língua portuguesa: oralidade, escrita e leitura. São Paulo, Contexto, p. 135-143.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PEREIRA, R. S. **Programa de Neurociência - Intervenção em Leitura e Escrita.** 1ª. ed. Viseu: Psicosoma, 2011.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** 1ª ed., São Paulo, Parábola Editorial, 128 p. 2009.

SILVA, S.R.; LIMA, K.L.L. 2014. **Leitura e interpretação de textos escritos no ensino médio: algumas habilidades e competências de leitura do ENEM em material didático do sistema positivo de ensino.** In: A.S.M. APARÍCIO; S.R. da SILVA (eds.), Gêneros textuais e perspectivas de ensino. Campinas, Pontes Editores, p. 49-74.

YOUNG, Michael, F. D. **Bringing knowledge back in: from social constructivism to social realism in the sociology of education.** London: Routledge, 2007.